# COM OS PÉS NA TERRA E AS MÃOS NO MAR

6000 ANOS DE HISTÓRIA DE QUARTEIRA





MUSEU MUNICIPAL LOULÉ

# COM OS PÉS NA TERRA E AS MÃOS NO MAR

6000 ANOS DE HISTÓRIA DE QUARTEIRA





## FICHA TÉCNICA

#### CATÁLOGO

#### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Parreira Rui Roberto de Almeida Alexandra Pires Dália Paulo Ana Rosa Sousa

#### **REVISÃO EDITORIAL**

Rui Roberto de Almeida Alexandra Pires Rui Parreira Daniel Norte Giebels

**TEXTOS** Alexandra Pires Ana Cláudia Silveira Ana Luísa Santos Ana Pratas Ana Ramos-Pereira Ana Rosa Sousa Andreia Fidalgo Aurélio Cabrita Cândida Simplício Carlos Pereira Catarina Viegas Carlos Oliveira Cristóvão Almeida Dália Paulo **Daniel Norte Giebels** Felix Teichner Felizardo Pinto Filipe Henriques Isabel Inácio João Costa João Pedro Bernardes João Sabóia Leonor Rocha Luís Filipe Oliveira Luísa Martins

Margarida Lucas

Nuno Vila-Santa

Patrícia Batista

Pedro Barros
Rui Roberto de Almeida
Rui Parreira
Sebastião Braz Teixeira
Susana de Sousa
Susana Lobo
Tânia Rodrigues
Teresa Valente

#### **FOTOGRAFIA**

Helga Serôdio João Serrão Luís Campos Paulo Paulo Sotero

#### **ILUSTRAÇÃO**

Ana Álvaro López Rui Roberto de Almeida Susana Melro

#### CRÉDITOS DAS IMAGENS

Agência Portuguesa do Ambiente Archaeological Survey of India Arquivo Diário de Notícias Arquivo Distrital de Faro Arquivo Geral da Universidade do Algarve Arquivo Municipal de Loulé Arquivo Nacional da Torre do Tombo Biblioteca Central de Marinha • Arquivo Histórico Biblioteca de Arte • Fundação Calouste Gulbenkian Biblioteca de El Escorial Biblioteca de Extremadura Biblioteca Nacional de Portugal Bibliothèque Nationale de France Câmara Municipal de Évora Câmara Municipal de Loulé Centro Português de Fotografia CP-Comboios de Portugal E.P.E. •

Direção de Infraestruturas do Exército
Direção-Geral do Património Cultural •
Sistema de Informação para
o Património Arquitetónico (SIPA)
Direção Geral do Território
Hemeroteca Digital do Algarve
Library of Congress • Geography and
Map Division, Washington, D.C.
Lusotur / Vilamoura World
Museu Nacional de Arqueologia
Museu Nacional de Etnologia
Ordem dos Arquitetos
Região de Turismo do Algarve

#### DESIGN GRÁFICO

**TVM Designers** 

#### **IMPRESSÃO**

ACD Print S.A.

**TIRAGEM** 500 exemplares **ISBN** 978-989-8978-46-2 **DEPÓSITO LEGAL** 547140/25

#### IMAGEM DA CAPA

Pescadores carregando caixas de peixe para venda. Década de 1960. (Câmara Municipal de Cascais. Museu da Música Portuguesa-Casa Verdades de Faria | Coleção Michel Giacometti-1864-01)(imagem melhorada)

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi livre opção de cada autor. Os autores são responsáveis pelos seus originais, respeitando a Câmara Municipal de Loulé a sua autoria e não sendo responsável por quaisquer elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros.

© Câmara Municipal de Loulé, 2025

#### **EXPOSIÇÃO**

#### **ORGANIZAÇÃO**

Câmara Municipal de Loulé •
Museu Municipal de Loulé
Junta de Freguesia de Quarteira
Direção-Geral do Património Cultural •
Museu Nacional
de Arqueologia
Direção Regional de Cultura

#### CEDÊNCIA DO ESPAÇO

DOCAPESCA

do Algarve

#### **COORDENAÇÃO GERAL**

Dália Paulo Ana Rosa Sousa

#### COMISSÁRIO-GERAL

Rui Parreira

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Alexandra Pires Rui Roberto de Almeida

#### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Alexandra Pires
Ana Ramos-Pereira
António Carvalho
Catarina Viegas
Isabel Inácio
João Pedro Bernardes
João Sabóia
Luísa Martins
Luís Filipe Oliveira
Patrícia Batista
Pedro Barros

#### **CONSELHO CONSULTIVO**

Rui Roberto de Almeida

Conceição Bernardes Daniel Norte Giebels Felizardo Pinto Gabriel Almeida
Gilberta Alambre
Isidoro Correia
João Carlos Santos
José Guerreiro
Luísa Pontes
Nuno Graça
Susana Gama
Telmo Pinto
Teresa Paulino

#### **INVESTIGADORES**

Daniel Norte Giebels Marco Sousa Santos Noé Conejo Delgado Pedro Lino

#### COLABORADORES

Ana Pratas
Filipe Henriques
Padre José Joaquim Campôa
Padre Miguel Neto
Pedro Coelho
Scott Bennett
Sónia Neves

#### PROJETO MUSEOGRÁFICO, DE AMBIENTES, COMUNICAÇÃO E ILUMINAÇÃO

P-06 studio Nuno Gusmão, Diretor Criativo Jacinta Fialho, Designer

#### PROJETO MULTIMÉDIA ANIMAÇÃO DIGITAL

de conteúdos

Vanda Mota, Designer

byAR

Pedro Pereira, Diretor Criativo Alexandra Allen, Ilustração e Animação Bruno Dias, Instalação multimédia Mafalda Barros, Organização Ricardo Adrêgo, Ilustração e Animação Ruben Rebelo, Desenvolvimento de software

ue sortware

Teresa Monteiro, Design digital

e ilustração

Yigit Bireroglu, Desenvolvimento

de software

#### PRODUÇÃO E MONTAGEM

Stripeline, Lda.

#### INVENTÁRIO E CORPUS EXPOSITIVO

Alexandra Pires
Ana Pratas
Helena Miguel
Helga Serôdio
Filipe Henriques
Lígia Laginha
Margarida Marques
Paula Policarpo
Rui Roberto de Almeida
Soraia Martins
Susana Brás

#### SIG E BASE CARTOGRÁFICA

Ana Matos Lima
Ana Ramos-Pereira
André D. Gomes
António Alves
Câmara Municipal de Albufeira
Catarina Martins
Pedro Barros

#### CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Adriana Guerreiro Ana Rita Vaza Antonieta Canteiro Maria João Catarino Paula Guerreiro Regina Rodrigues Telma Santos

#### APOIO TÉCNICO

Ana Maria André
Catarina Ruiz
Daniela Martins
Hugo Guerreiro
Hugo Nunes Guerreiro
João Serrão
José Branco
Julieta Caetano
Luís Resende
Margarida Pereira
Orlando Lourenço
Pedro Laginha
Susana Brás

FOTOGRAFIA

Ana Baião • Arquivo Diário de Notícias

António Passaporte (Loty) •

Museu Municipal de Loulé

António Vitorino Encarnação •

Museu Municipal de Loulé

Artur Pastor • Arquivo Fotográfico
de Lisboa

Bruno Peres • Arquivo Diário de Notícias

Centro de Informação Geoespacial
do Exército

CP-Comboios de Portugal E.P.E. •

Daniel Castro • Museu Municipal de Loulé David de Freitas • Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

Deodato dos Santos Jacinto
Direção-Geral do Território
Eduardo Tomé • Arquivo Diário
de Notícias
Fernando Farinha • Arquivo Diário

de Notícias
Fernando Mendes

Foto Arnaldo • Museu Municipal de Loulé Francisco Sousa Olival • Museu Municipal de Loulé

Informação para o Património Arquitetónico Jornal A Voz de Loulé • Museu Municipal de Loulé José Encarnação • Museu Municipal José João Costa Mendonça • Museu Municipal de Loulé Luís Saraiva • Arquivo Diário de Notícias Maria Rodrigues Dias • Museu Municipal de Loulé Michel Giacometti • Museu da Música Portuguesa/Casa Verdades de Faria Museu Municipal de Loulé Nuno Graca Ordem dos Arquitetos Pedro Sousa Dias • Arquivo Diário

Frederico George • Sistema de

Região de Turismo do Algarve Tavares da Fonseca • Centro Português de Fotografia Teresa Menalha e Carlos Gravata Zambrano Gomes

#### ILUSTRAÇÃO

de Notícias

Ana Álvaro López byAR Carlos Oliveira Felix Teichner José Luís Madeira Rui Roberto de Almeida Susana Melro

#### **FOTOGRAMETRIA**

Paulo Beirão, Concexpla

#### **TEXTOS**

Alexandra Pires Ana Ramos-Pereira Ana Rosa Sousa Catarina Viegas Dália Paulo Isabel Inácio João Pedro Bernardes João Saboia Luísa Martins Luís Filipe Oliveira Pedro Barros Rui Parreira Rui Roberto de Almeida

#### **REVISÃO DE TEXTOS**

Alexandra Pires
Ana Rosa Sousa
Dália Paulo
Rui Parreira
Rui Roberto de Almeida

#### TRANSCRIÇÕES

João Sabóia Luísa Martins

#### **TRADUÇÕES**

Inpokulis

#### **ENTIDADES EMPRESTADORAS**

Arquivo Municipal de Faro

Arquivo Municipal de Lisboa

Agência Portuguesa do Ambiente
Arquivo Contemporâneo do Ministério
das Finanças
Arquivo da Direção de Infra-Estruturas
do Exército
Arquivo Diário de Notícias - Global Media
Groups
Arquivo Distrital de Faro
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal
de Évora
Arquivo CP-Comboios de Portugal E.P.E.
Arquivo Histórico Militar do Exército
Português
Arquivo Nacional Torre do Tombo

Arquivo Municipal de Mafra Biblioteca Central de Marinha • Arquivo Histórico Biblioteca Digital do Exército • Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército Biblioteca Nacional de España Biblioteca Nacional de Portugal Bibliothèque Nationale de France Câmara Municipal de Cascais • Museu da Música Portuguesa • Fundação D. Luís I Cartoteca do Instituto Hidrográfico Centro Português de Fotografia Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema Delegação Marítima de Quarteira Direção-Geral do Património Cultural Direção-Geral do Território Fundação Manuel Viegas Guerreiro Hemeroteca Digital do Algarve Centro de Informação Geoespacial do Exército Imprensa Nacional-Casa da Moeda Instituto Geográfico Português Instituto Português do Mar e da Atmosfera Junta de Freguesia de Quarteira Library of Congress • Geography and Map Division, Washington, D.C.

Museu e Ruínas do Cerro da Vila •

Museu do Traje de São Brás de Alportel

Museu Municipal de Arqueologia de

Museu Nacional de Arqueologia

Museu da Música Portuguesa

Vilamoura World

Ordem dos Arquitetos

Albufeira

Arquivo Municipal de Loulé

Paróquia de Quarteira
Paróquia de Tavira
QUARPESCA - Associação de Armadores
e Pescadores de Quarteira
Região de Turismo do Algarve
RTP - Rádio Televisão Portuguesa
SIPA - Sistema de Informação para o
Património Arquitetónico
Universidade do Algarve

#### SEGURADORA

Generali Seguros S.A.

#### PROJETO DE AROUITETURA

Maider Neto, Arquitetura e Engenharia

#### REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO

Colbat - Construção Civil, Lda.

#### MEDIAÇÃO CULTURAL E SERVIÇO EDUCATIVO

Alexandra Pires
Ana Carolina Coelho
Daniel Norte Giebels
Jéssica Botelho
Ricardina Inácio
Rui Roberto de Almeida

#### SECRETARIADO

Cláudia Virote Rosa Custódio Zenaida Rodrigues

Abílio Santos

#### PROPRIETÁRIOS E DOADORES

Aldemiro Martins Bento Álvaro Bota Guia António Vitorino Encarnação Armando Amaro Deodato dos Santos Jacinto Domitília Gonçalves Mendes Elizabete Santos

Felizardo Pinto Fernando Manuel Bento Guerreiro Florindo Cláudio Bota Gilberta Alambre Isidoro Correia João Carlos Santos João Faria Jorge Abrantes José Carlos Dias José Pedro Medeiros Júlio Fantasia Luís Guerreiro e Cristina Guerreiro Maria Octávia Tomás Maria Vitória Mendonça Nuno Graça Olga Alambre Faísca Prazeres Santos Rogério Espada Rui Pinto Tânia Fernandes Teresa Menalha e Carlos Gravata

#### DEPOIMENTOS

Teresa Paulino

José Apolinário Maria Vitória Mendonça Paulo Viegas Sebastião Braz Teixeira Solange Guerreiro

Fátima Catarina Coelho

# ÍNDICE

ESTA HISTÓRIA QUE VOS DEIXAMOS: UM HINO A QUARTEIRA E ÀS SUAS GENTES AO LONGO DE 6000 ANOS VÍTOR ALEIXO   Presidente da Câmara Municipal de Loulé	10
QUANDO O SONHO SE MATERIALIZA, NASCE UMA EXPOSIÇÃO QUE É UM ABRAÇO A QUARTEIRA! RUI PARREIRA   DÁLIA PAULO   ALEXANDRA PIRES RUI ROBERTO DE ALMEIDA   ANA ROSA SOUSA	16
TERRITÓRIO: EVOLUÇÃO / CARACTERIZAÇÃO	27
Quarteira: dos últimos 6000 anos à atualidade ANA RAMOS-PEREIRA	28
A costa de Quarteira desde há 9000 anos: passado e presente. Que futuro? SEBASTIÃO BRAZ TEIXEIRA	48
A paisagem cultural marítima do «Mar de Quarteira»: entre marcas de pesca e a arqueologia PEDRO BARROS   FELIZARDO PINTO	60
Núcleo urbano antigo e expansão de Quarteira: da origem à primeira tentativa de ordenamento urbanístico TERESA VALENTE   TÂNIA RODRIGUES	94
Vilamoura: uma cidade para o turismo SUSANA LOBO	108

PRÉ-HISTÓRIA HOLOCÉNICA E PROTO-HISTÓRIA (4000 a.C. – 125 a.C.)	125	
Os primeiros povoadores do território de Quarteira RUI PARREIRA	126	
Há muito tempo atrás quando, na Praia do Forte Novo (Quarteira, Loulé), viveu uma comunidade neolítica LEONOR ROCHA	138	
Vinha do Casão: apenas uma necrópole da Idade do Bronze no litoral algarvio? CARLOS OLIVEIRA	150	
ENTRE A ÉPOCA ROMANA E A ANTIGUIDADE TARDIA (125 a.C 712)	163	
Quarteira Romana JOÃO PEDRO BERNARDES	164	
«Quarteira Submersa»: um sítio romano de vocação marítima no litoral algarvio CÂNDIDA SIMPLÍCIO   PEDRO BARROS	180	
Exploração de recursos da terra e do mar e relações comerciais no território de Quarteira CATARINA VIEGAS	200	
Cerro da Vila – Centro da economia marítima romana na Ribeira de Quarteira FELIX TEICHNER	222	
Habitar no Cerro da Vila ao tempo dos romanos: evidências materiais do quotidiano FILIPE HENRIQUES   ANA PRATAS	238	
Apontamentos sobre os espaços funerários romanos de Cerro da Vila (Vilamoura, Loulé) CARLOS PEREIRA	254	
Os indivíduos exumados da necrópole de Cerro da Vila ANA LUÍSA SANTOS   MARGARIDA LUCAS	268	
Loulé Velho entre a terra e o mar. Resgatando um sítio romano quase desaparecido RUI ROBERTO DE ALMEIDA   CATARINA VIEGAS	280	

ENTRE A ÉPOCA ISLÂMICA E OS INÍCIOS DO REINO DO ALGARVE (712 - 1249[?])	307
O território de Quarteira em época islâmica ISABEL INÁCIO	308
DA APROPRIAÇÃO AFONSINA À FORMAÇÃO DO MORGADO (1249[?]/1266 - 1413/1503)	319
De Quarteira a Farrobilhas: o litoral de Loulé na época medieval LUÍS FILIPE OLIVEIRA	320
O espaço agropecuário de Quarteira na Baixa Idade Média CRISTÓVÃO DE ALMEIDA	340
Recursos e potencialidades do litoral de Quarteira na Idade Média ANA CLÁUDIA SILVEIRA	352
Quarteira. De reguengo a morgado. A construção de um espaço com identidade JOÃO COSTA	370
DA FORMAÇÃO DO MORGADO À CRIAÇÃO DA FREGUESIA (1413/1503 - 1916)	383
Quarteira: de terras senhoriais a paróquia civil (1413-1916) - território, economia e sociedade DANIEL NORTE GIEBELS	384
O morgado de Quarteira e afirmação da casa dos Barretos NUNO VILA-SANTA	418
Ao mar e à terra: a economia quarteirense entre os séculos XVI e XVIII ANDREIA FIDALGO	430
Vigia da costa do concelho de Loulé JOÃO SABOIA	446
A população de Quarteira no século XVIII SUSANA DE SOUSA	458

475
476
502
526
539
633
634 640 656 668

# APONTAMENTOS SOBRE OS ESPAÇOS FUNERÁRIOS ROMANOS DE CERRO DA VILA (VILAMOURA, LOULÉ)

#### **CARLOS PEREIRA**

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

# 1. INTRODUÇÃO

Ao contrário de outros sítios arqueológicos do Algarve, a villa romana do Cerro da Vila não se conhece desde há longa data, mas oferece ao visitante um conjunto de ruínas imponente e dá um vislumbre da riqueza que os edifícios outrora ostentaram. O mesmo não se pode afirmar sobre as suas necrópoles. Ainda que estes espaços fossem construídos para serem vistos, não se pode extrapolar a complexidade social e demográfica das urbes para o campo. Eram espaços sagrados, de veneração e frequentação, mas que deixaram vestígios ocultos.

Apesar de o estado actual do conhecimento das necrópoles de Cerro da Vila ser considerável, muito devido aos trabalhos de José Luís de Matos, o investimento e atenção dados a estes contextos foram muito modestos. É possível delinear uma leitura genérica dos espaços e edifícios funerários, mas acreditamos que uma análise detalhada e metódica de todos os documentos de campo, contextos e artefactos poderia trazer a debate novos dados e novas leituras.

Nestas breves linhas compila-se a informação conhecida, dando-lhe um entendimento evolutivo dentro do quadro geral conhecido para os sítios de ocupação romana do Algarve. Destacamos igualmente alguns detalhes que nos parecem relevantes e que são reveladores dos rituais e processos ritualizados de época romana. Apesar de algumas particularidades parecerem inéditas, justificadas por questões topográficas ou sociais, Cerro da Vila revela que seguia os usos e costumes da época, tal como fica patente nesta exposição. Como dissemos, um estudo aprofundado pode, contudo, revelar matizes ao que aqui se expõe.

# 2. OS MAUSOLÉUS E AS NECRÓPOLES

Embora o sítio fosse conhecido desde a década de 60 do século XX, somente a partir de 1984 é que os contextos funerários da *villa* foram investigados. É a José Luís de Matos que devemos a descoberta e escavação dos mausoléus e da necrópole, nos quais interveio entre 1984 e 1987.

No primeiro ano, identificou um mausoléu, que se supõe ser o que está localizado próximo da *pars urbana* (Pereira 2018: 381), tendo igualmente colocado a descoberto um considerável número de sepulturas de inumação, cerca de três dezenas (Matos 1984). Todavia não é clara a área exacta onde decorreu esta intervenção próxima ao mausoléu (Figura 1), assumindo-se que os enterramentos mencionados devam corresponder a parte dos que se localizam nas imediações do edifício J (veja-se Teichner 2005: 90, Fig. 2). Com efeito, estas são as únicas sepulturas conhecidas nessa área e correspondem a realidades consideravelmente mais tardias.

A principal necrópole da *villa* (Figura 1) foi descoberta no ano seguinte, em 1985, tendo sido colocados a descoberto 26 enterramentos romanos (Matos 1985). A partir desse momento, J. Luís de Matos centrou os esforços para concretizar a escavação integral da necrópole, motivo pelo qual voltaria a intervir no local no ano seguinte (Matos 1987). Nessa nova intervenção registou 13 novos enterramentos, o que, em conjunto, permitiu identificar um total de 69 sepulcros. Nesse ano identificou ainda uma estrutura maciça, de planta quadrangular, que também interpretou como mausoléu (Matos 1984-1988: 120).

Em 1987, a área anexa ao mencionado mausoléu foi alargada, tendo sido reconhecido um novo conjunto de quatro sepulturas (Matos 1988), mas num estado de conservação bastante deficitário, o que pressagiava que, nessa área, a necrópole não se conservaria, ou que se estaria já próximo de um dos seus limites. A partir deste momento, as intervenções efectuadas nas áreas funerárias do sítio parecem ter abrandado consideravelmente. Apesar disso, no relatório da campanha de 1990 (Matos 1991) ainda se mencionou a descoberta de algumas sepulturas, sem que se refira, contudo, a quantidade ou a localização exacta.

No novo século foram descobertas outras sepulturas, no âmbito do projecto «Ocupação rural do Sul da província romana de Lusitânia» (Teichner 2006: 71), que estavam disseminadas pela área ocupada do sítio. A sua presença nesses locais, concretamente as que se concentravam próximo ao edifício J, indica tratar-se de enterramentos tardios (Teichner 2008: 399) e que se podem relacionar com as que tinham sido mencionadas por

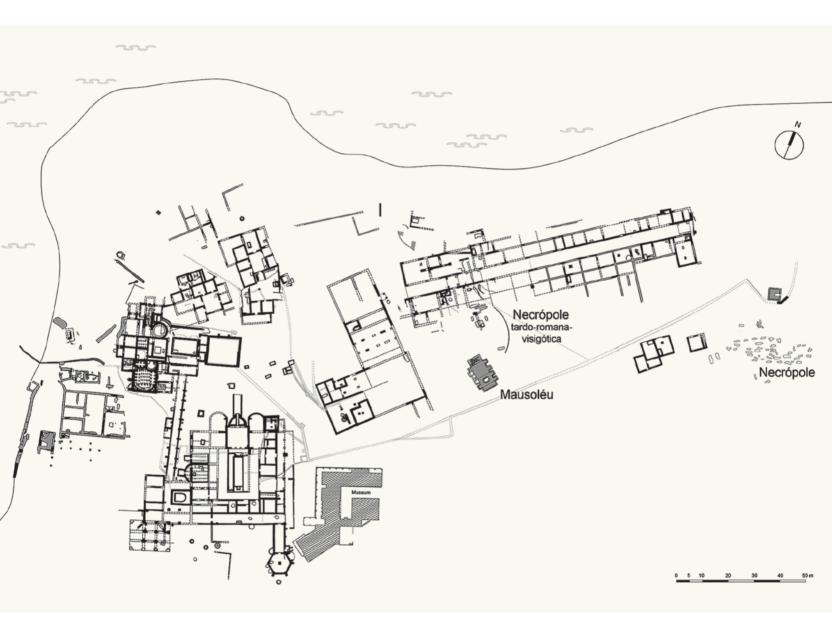


FIGURA 1 Planta da *villa* romana do Cerro da Vila. (segundo Teichner 2017: 405, Fig. 3, modificada)

Luís de Matos (Pereira 2018: 381). Igualmente relevante é a eventual presença de um novo edifício de culto na *villa* (Teichner 2008: 399), situação que justificaria este novo espaço da morte durante a Antiguidade Tardia.

Como se pode constatar, resumem-se em poucas linhas as intervenções concretizadas no sítio que permitiram a identificação de contextos funerários. Com efeito, temos poucos dados para reconstruir a evolução dos trabalhos e menos ainda aqueles que nos permitem determinar a situação crono-espacial das sepulturas. Da mesma forma, desconhecemos que artefactos ou arquitecturas estavam associados a cada uma delas.

Mais determinante é a situação espacial das necrópoles e edifícios funerários. Até ao momento temos, pois, conhecimento de pelo menos duas necrópoles e dois edifícios funerários. A necrópole principal do sítio localiza-se a nordeste da área ocupada, local onde se edificou também um dos mausoléus. De momento não é ainda claro quais os limites da necrópole, dos seus níveis de circulação ou se terão sobrevivido memoriais conservados. Outra necrópole, da qual temos ainda poucas informações, está localizada na área central, coincidindo também com a presença de um mausoléu.

Do conjunto destaca-se sobretudo o facto de todos os espaços funerários estarem a nordeste da *pars urbana*, em área relativamente próxima. Esta situação está justificada pela orografia e pela proximidade do paleoestuário da Ribeira de Quarteira (Teichner 2006: 71), que limitava as opções de implantação dos espaços funerários da *villa* e que deveriam coexistir com outros equipamentos. Lembramos que já foi sugerido que a via de acesso à *villa* deveria passar igualmente por esta zona, atravessando-a (Teichner 2017: 407, Fig. 12; 2020: 554).

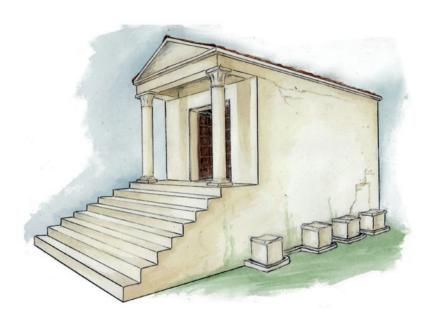
## 3. A LEITURA POSSÍVEL

Conquanto os dados disponíveis não permitam grandes ilações acerca das disposições na morte ou antropologia, análises concretas de espólio funerário, género ou culto, somente serão possíveis com futuros trabalhos de investigação destes contextos. Apesar disso, e tendo sempre em conta que lidamos com informações muito incompletas, os dados consentem alguns comentários.

Sobressai o facto de a tipologia das sepulturas da necrópole ser idêntica àquela que vem sendo reconhecida nos restantes sítios algarvios (Pereira 2018) e que é transversal ao mundo romano. Uma arquitectura, acima de tudo, simples, que parece ser comum nos limites do Império (Chioffi 2005). Todavia, é uma arquitectura que, se for associada à aparente ausência de mobiliário funerário, remete para uma realidade consideravelmente tardia, concretamente dos séculos II a V, quiçá VI d.C. Neste sentido falam também as sepulturas realizadas com lajes de pedra, seladas com o mesmo material, que são, ainda assim, aparentemente raras. Se a isto somarmos o facto de estarmos supostamente perante uma necrópole que acolheu de forma quase exclusiva inumações, vê-se reforçada a eventualidade de este espaço se ter formado em momento avançado da ocupação. Mas o silêncio ou parcas menções nos relatórios das intervenções sobre o mobiliário funerário pode ser ilusório.

Com maior desenvoltura podemos esboçar uma perspectiva evolutiva mais ou menos detalhada dos espaços funerários de Cerro da Vila. A evolução dos espaços da morte nesta villa, embora se possa assemelhar ao de outras do Algarve, apresenta alguns dados interessantes. Desde logo chama a atenção a presença de edifícios funerários monumentais, os mausoléus (Matos 1984-1988), que deveriam estar destinados aos proprietários da villa, pelo menos o que lhe está mais próximo. Este mausoléu, de tipo templo, é idêntico ao da villa romana de Milreu. Trata-se de uma edificação maciça, de planta rectangular, com elevados alçados e um podium. O acesso era realizado através de escadaria localizada no lado oeste (Figura 2) e que ocupa todo o alçado (Teichner 2008: 403, Abb. 230). No entanto, é consideravelmente mais pequeno que o de Milreu. A maioria destes edifícios ostenta uma planta quadrada, ou mais frequentemente rectangular, sem qualquer abertura (Ruiz Osuna 2009: 287), sendo geralmente considerados monumentos eminentemente honoríficos (Hesberg 1994: 93). Tal como em Milreu, a sua função funerária fica comprovada pela existência de uma câmara na metade este do edifício, com vários loculi destinados a albergar as urnas cinerárias (Matos 1984-1988: 119).

Todavia, a forma e a dimensão original deste edifício seria outra. José L. de Matos alertou para o facto de a estratigrafia da arquitectura denunciar uma profunda alteração desde o primitivo edifício. Apoiando-se sobretudo na presença dos nichos no centro da estrutura, sugere que inicialmente integrasse a tipologia dos columbários (Matos 1984-1988). F. Teichner apoia esta leitura faseada do mausoléu, sem, contudo, aceitar plenamente a possibilidade de corresponder a um columbário. O investigador alemão também viu duas fases construtivas no edifício: uma correspondente à construção primitiva, de forma quadrangular; outra correspondente à monumentalização do mausoléu, a qual se divide por sua vez em duas subfases (Teichner 2008: 403).



Com efeito, o monumento primitivo poderia corresponder a um mausoléu torre em forma de edícula, idêntico a um dos identificados na villa romana de Pisões (Pereira, Soares e Soares 2013). Não é impossível que a transformação do edifício tenha sido favorecida pelo facto de ter estado, num primeiro momento (quando tinha forma de edícula), destinado apenas a um enterramento, enquanto a nova tipologia lhe permitia a acomodação de um número mais elevado de urnas cinerárias, colocadas nos vários nichos identificados. Independentemente da tipologia, esta edificação deverá ter funcionado, pelo menos, durante todo o século II d.C., podendo admitir-se, igualmente, que tenha sido utilizada ainda durante a centúria seguinte. É possível que a partir desse momento este edifício tenha deixado de ser utilizado, mas deverá ter sido mantido como culto e memória dos predecessores.

Atendendo ao que foi exposto, parece razoável assumir que este mausoléu esteve em funções, pelo menos, durante as fases B e C estabelecidas nos estudos de F. Teichner (2008: 278 e ss.; 2017: 421 e ss.). Apesar disso, devemos lembrar que a fase A, correspondente ao momento balizado entre o principado de Augusto e o início da dinastia dos Flávios, é a menos conhecida, não sendo improvável que o mausoléu já existisse em algum momento indeterminado desta etapa.

A mesma consideração pode ser tida para a necrópole principal do aglomerado, que, tendo início num momento relativamente sincrónico ao do mausoléu, foi sendo paulatinamente utilizada durante um longo período. A relação entre ambos é, aparentemente, de

FIGURA 2
Reconstituição hipotética do
Mausoléu em forma de templo.
(segundo Teichner 2008: 403, Abb. 230)

fácil entendimento. Enquanto o mausoléu era utilizado pela elite proprietária da *villa*, a restante comunidade fazia-se sepultar em área localizada a nordeste, mais afastada da *pars urbana*. Atípica é a parca existência de sepulturas de incineração, sobretudo se considerarmos uma eventual contemporaneidade entre a necrópole e o mausoléu, mas cuja minoria pode estar relacionada com uma eventual diferenciação social, de vontades, ou mesmo cultual. Aliás, esta situação não é inédita no Algarve, tendo-se registado a mesma diferenciação de espaços da morte e de ritos na *villa* romana de Milreu (Pereira 2018: 360 e ss.). Apesar disso, os mais recentes trabalhos feitos no local permitiram a identificação de alguns contextos que foram relacionados com fossas de incineração (Teichner 2020: 554).

Esta necrópole deverá ter estado em funcionamento até ao século V ou VI d.C., o que fica comprovado pela existência, densa, de sepulturas com tipologias extensíveis até à última centúria mencionada, mas que também ofereceu sepulturas de várias morfologias construídas com *tegulae* (Matos 1987), tijolos e outros materiais. Saliente-se ainda que esta é uma das necrópoles algarvias onde está atestada a existência de enterramentos infantis em ânforas (Pereira e Albuquerque 2018: 102-107).

Embora se possa considerar que a necrópole estava destinada aos trabalhadores e serviçais da *villa*, certamente que entre os seus membros também haveria quem se destacasse social ou economicamente. Talvez por este motivo, no limite norte da necrópole, tenha sido construído outro mausoléu. Contrariamente ao mausoléu antes tratado, localizado fora da necrópole e mais próximo das residências da *villa*, este parecia estar destinado apenas a um único indivíduo, que uma violação impede saber se foi incinerado ou inumado (Matos 1984-1988: 120). Parecendo provável tratar-se de uma incineração, não seria inédita a coexistência de um mausoléu destinado a um enterramento desta natureza junto a sepulturas de inumados (Borréani e Brun 1990). Mais uma vez, o facto de apenas se terem conservado as fundações do edifício não permite assegurar a sua tipologia, que nos limitamos a inserir no amplo mundo dos monumentos funerários turriformes (Ruiz Osuna 2009; Luis Liébana e Ruiz Osuna 2006).

Apesar das considerações, deve mencionar-se que a presença de uma estrutura funerária deste tipo numa necrópole não urbana é, de facto, inédita. Talvez por esse motivo, L. de Matos deixou nota das suas hesitações na interpretação do maciço de *opus caementicium* (1984-1988: 120). Neste contexto, mencionou ainda a canalização que passa junto à estrutura, sugerindo ter servido o culto funerário da necrópole, mas sem o relacionar com o maciço de argamassa. Não é fácil interpretar aquela estrutura sem outros dados. De facto, pode corresponder a um mausoléu, mas tampouco se podem excluir outras possibilidades, sobretudo se considerarmos a proximidade do canal do aqueduto que abastecia os equipamentos do assentamento. A relação da água com os espaços

funerários é bem conhecida (Heredia Bercero 2007: 33 e ss.) e era essencial para os rituais e manutenção dos sepulcros, motivo que justifica a presença de *lacus*, poços ou silos nas necrópoles.

Com independência disso, surpreende que a canalização do aqueduto faça uma curva tão acentuada para contornar a estrutura, quando na verdade se poderia ter evitado esse contorno. Esta situação parece evidenciar uma intenção clara de manter a estrutura do lado oposto à necrópole. O esforço e trabalho extra na construção daquela curva indicam que houve uma clara intenção ritualizada de separar ambas as realidades. Atendendo a que também o mausoléu em forma de templo se encontra do lado oposto ao da necrópole, não é descabido assumir que a presença do aqueduto representou uma separação artificial do espaço dos vivos e dos mortos. Esta fronteira está presente na maioria dos sítios rurais (Pereira, Soares e Soares 2013; Pereira 2018: 469-470), utilizando a topografia natural e as linhas hídricas existentes, mas que, no caso do Cerro da Vila, utilizou outras fórmulas. Esta separação pela água representava também uma medida profiláctica, além da evidente representação simbólica do rito de passagem dos rios Estige e Aqueronte, que dividiam o mundo dos vivos e o dos mortos.

Tal como aconteceu no caso da *villa* romana de Milreu, em Estoi, também para o Cerro da Vila é possível admitir uma profunda alteração dos espaços da morte a partir de momento indeterminado do século V d.C., que terá culminado no aparente abandono da necrópole nordeste, formando-se outra mais próxima da *villa*, implantada sobre uma anterior zona industrial (Teichner 2008: 399; Bernardes 2009: 338). Desconhecemos quais os motivos que terão justificado esta alteração geográfica das áreas funerárias, tendo sido já sugerido que pode ter sido fomentada pela presença de um edifício de culto nessa zona (Teichner 2008: 399).

Atendendo ao momento em que se dá esta transformação e a eventual presença de um edifício de culto, devemos forçosamente ponderar sobre uma forte influência do Cristianismo, que, a partir do século V d.C., se começa a desvincular dos espaços da morte pagãos e que está patente em vários sítios do Algarve (Pereira 2018: 494 e ss.). Todavia, estas comunidades necessitavam de estímulos que legitimassem tal desvinculação, situação que está bem documentada nos casos de edifícios de culto. Por outro lado, não é inédita esta implantação de espaços funerários em áreas antes ocupadas por estruturas industriais, que, num claro momento de retracção habitacional, se aproximaram dos espaços domésticos ou industriais, sobrepondo-se a esses edifícios. Mais difícil é determinar o momento em que esta nova necrópole se abandonou, sendo provável que será sincrónico com o abandono da própria villa.

## 4. CONCLUSÕES

Embora seja possível delinear um macropanorama muito sintetizado da evolução dos espaços da morte durante a ocupação romana do Cerro da Vila, este estudo fica aquém do que seria desejável para um assentamento desta importância. Datações mais concretas, estudos detalhados sobre a organização e eventual faseamento das necrópoles, espólio votivo, ou análises antropológicas são necessárias para que conheçamos com mais detalhe a população que habitou este aglomerado.

Apesar disso, o recente estudo integral das necrópoles romanas do Algarve (Pereira 2018) permite, ainda assim, determinar que existe um padrão mais ou menos uniformizado extensível a toda a região. Cerro da Vila não parece ser uma excepção, já que oferece os mesmos indícios que foram registados nas *villae* romanas mais bem conhecidas do Algarve. Todavia, isso não significa que não se possam averiguar eventuais disparidades, que podem dever-se a factores cronológicos, topográficos ou sociais, mas que pouco alteram a leitura geral.

A proximidade dos espaços funerários à *pars urbana* é, justamente, uma dessas disparidades. Geralmente as *villae* romanas da região implantaram as necrópoles principais a uma maior distância, na maioria dos casos separadas por uma linha de água natural. Cerro da Vila está afastada da necrópole a uma distância de pouco mais de 100 m e as instalações industriais estão a apenas cerca de 40 m. Na *villa* de Milreu, por exemplo, a necrópole está a uma distância de quase 300 m, no sentido oeste, e os mausoléus localizam-se na parte oposta.

Esta situação é, contudo, facilmente compreensível se tivermos em conta que estamos perante uma ocupação litoral. A presença do paleoestuário da Ribeira de Quarteira terá limitado consideravelmente a localização dos equipamentos, nomeadamente das necrópoles. Esta mesma situação pode ser constatada em outras *villae* litorais, como é o caso das *villae* de Castillo de la Duquesa, em Manilva, de Torreblanca del Sol e do Farol de Torrox, em Málaga (Beltrán Fortes e Rodríguez Oliva 2020: 75 e 83), Galineras – Cerro de los Mártires, em Cádis (Díaz Rodríguez, Sáez Romero e Sáez Espligares 2020) ou El Eucaliptal, em Huelva (Campos Carrasco, Pérez Macías e Vidal Teruel 1999; Campos Carrasco et al. 2014).

Também se deve ter em consideração outras edificações que fariam parte dos equipamentos de serviço ao assentamento, como é o caso das vias (Figura 3) ou do aqueduto (cf. Figura 1). Estas infra-estruturas são conhecidas no Cerro da Vila e corroboram a ponderada planificação de cada um deles. Já foi mencionado que a necrópole, aqueduto e

a principal via de acesso se conjugam e articulam no mesmo espaço (Teichner 2017: 407; 2020: 554). Embora a relação entre vias de acesso e necrópole seja uma norma em época romana, sendo exemplo o caso da *villa* de Milreu, mais rara é a proximidade do aqueduto. Da mesma forma, a presença desta infra-estrutura estava limitada à topografia e altimetria das áreas disponíveis que, como se comentou, se restringem à área sul e leste do aglomerado.

A principal discrepância dos espaços da morte de Cerro da Vila com as restantes ocupações rurais do Algarve, reside justamente na presença da canalização de água que abastecia a villa. Consideramos que esta obra foi devidamente planificada para marcar uma clara separação entre a área residencial e industrial e a necrópole. Com efeito, na impossibilidade de marcar esta «fronteira» por um arroio natural, aproveitou-se esta canalização de água corrente como elemento ritual profiláctico que marcava uma separação entre ambos os mundos, o dos vivos e o dos mortos. Tal como sugeriu L. de Matos (1984-1988: 120), não é improvável que este canal fosse utilizado no culto funerário durante o funus. Da mesma forma, terá sido igualmente relevante nas datas de celebração fúnebre, na manutenção dos memoriais e na purificação de quem frequentava esse espaço.

FIGURA 3

Reconstrução hipotética
do paleoestuário da Ribeira
de Quarteira com indicação
da principal via de acesso
à villa romana (a amarelo)
e das necrópoles (J e H).
(reproduzido a partir de Teichner 2017:
496. Fig. 12)



Somente desta forma podemos entender que o canal do aqueduto faça uma curva tão acentuada junto à estrutura de *opus caementicium* que foi interpretada como mausoléu. Aquela construção poderia simplesmente manter a direcção, passando a norte da estrutura, encaminhada para a *villa* em linha praticamente recta. Porém, chegada ao eventual mausoléu contorna-o pelo sul, saindo claramente do seu curso natural. Reparamos novamente que houve uma clara intenção de manter a necrópole e os mausoléus em lados distintos do curso de água. Com efeito, estes monumentos honoríficos não seguem a mesma norma das necrópoles comuns, estando mais próximos das *villa*e. A mesma situação pode ser observada em Milreu, local onde os mausoléus tampouco estão separados da *villa* por qualquer tipo de curso ou canal de água.

Igualmente interessante é a evolução do mausoléu principal, em forma de templo. Conquanto essa tipologia seja a evidenciada pelas ruínas conservadas atualmente, os investigadores estão de acordo que antes deveria integrar outro tipo de tipologia (Matos 1984-1988: 119; Teichner 2008: 403; Pereira 2018: 381-383). Esta reforma e monumentalização do edifício pode estar relacionada com a própria expansão da *villa* e um maior destaque social do seu proprietário.

Todavia, sendo certo que o estado atual do conhecimento dos espaços da morte de Cerro da Vila consente a análise que se oferece, outras questões ficam por esclarecer. A título de exemplo, se considerarmos que da necrópole conhecemos um número total de enterramentos que ronda as sete dezenas, parece-nos que a demografia do aglomerado pode estar sub-representada, sobretudo se aquele valor for dividido por quatro ou cinco séculos de ocupação.

Da mesma forma, faltam-nos ainda dados concretos sobre a última necrópole do assentamento. Sabemos sensivelmente qual a sua localização e que a sua implantação nesse local pode ter sido estimulada pela presença de um edifício de culto, mas nada mais sabemos. Esta situação segue novamente um padrão que foi averiguado nos espaços da morte no território algarvio (Pereira 2018: 492 e ss.) e que se relaciona com uma presença e visibilidade cada vez mais evidente de novos cultos no registo arqueológico. Referimo-nos aos cultos orientais. Em alguns casos, como as *villa*e de Milreu ou Quinta de Marim, esta relação é mais evidente, conhecendo-se espaços funerários em redor desses edifícios de culto e com evidentes enterramentos *ad sanctos*. Porém, não podemos assumir a mesma realidade para o caso de Cerro da Vila sem que se realizem novos estudos e eventuais trabalhos de campo.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- BELTRÁN FORTES, J. e RODRÍGUEZ OLIVA, P. (2020). Las villae litorales. In R. HIDALGO PRIETO (coord.), Las villas romanas de la Bética [Edição digital da primeira versão impressa de 2016]. Vol. I, pp. 69-92. Sevilha, Universidade de Sevilha.
- BERNARDES, J. (2009). As transformações no fim do mundo rural romano no Sudoeste peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V-VII). Anales de Arqueología Cordobesa, 20, pp. 323-348.
- BORREANI, M. e BRUN, J. (1990). Une exploitation agricole antique à Costebelle (Hyères, Var): huilerie et nécropole (I<sup>er</sup>s. av. J.-C. VI<sup>e</sup>s. app. J.-C.). Revue Archéologique de Narbonnaise, 23, pp. 117-146.
- CAMPOS CARRASCO, J., PEREZ MACIAS, J. e VIDAL TERUEL, N. (1999). El Eucaliptal, una necrópolis romana de pescadores (Punta Umbria, Huelva). Huelva en su Historia, 7, pp. 195-232.
- CAMPOS CARRASCO, J., FERNÁNDEZ SUTILO, L., O'KELLY SENDRÓS, J., HARO ORDÓÑEZ, J. e LÓPEZ DOMINGUEZ, M. (2014). Nuevas aportaciones sobre la necrópolis de El Eucaliptal (Punta Umbria, Huelva). Economía, Comercio y sociedad a través de sus manifestaciones funerarias. Huelva Arqueológica, XIV, pp. 1-30.
- CHIOFFI, L. (2005). «Sepulchra in extremis finibus... etiam in mediis possessionibus sepulchra faciunt». In B. SANTILLO FRIZELL e A. KLYNNE (eds.), Roman villas around the Urbs. Interaction with landscape and environment, pp. 125-133. Roma, The Swedish Institute in Rome.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, J., SÁEZ ROMERO, A. e SÁEZ ESPLIGARES, A. (2020). Galineras Cerro de los Mártires (San Fernando). In R. HIDALGO PRIETO (coord.), Las villas romanas de la Bética [Edição digital da primeira versão impressa de 2016]. Vol. II, pp. 94-106. Sevilha, Universidade de Sevilha.
- HEREDIA BERCERO, J. (2007). La via sepulchralis de la Plaza Vila de Madrid. Un ejemplo del ritual funerario durante el alto imperio en la necrópolis occidental de Barcino. *Quarhis*, II.3, pp. 12-63.
- HESBERG, H. von (1994). Monumenta. I sepolcri romani e la loro architettura. Milán, Longanesi.
- LUIS LIÉBANA, J. e RUIZ OSUNA, A. (2006). Los monumentos funerarios de la Plaza de la Magdalena: un sector de la necrópolis oriental de Corduba. Anales de Arqueología Cordobesa, 17 Vol. I, pp. 297-324.

- MATOS, J. L. de (1984). Cerro da Vila. Campanha de trabalhos arqueológicos 1984. Relatório não publicado. S.I.
- MATOS, J. L. de (1984-1988). Mausoléus do Cerro da Vila. Arqueologia e História, 10-I/II, pp. 118-122.
- MATOS, J. L. de (1985): Cerro da Vila. Campanha de trabalhos arqueológicos 1985. Relatório não publicado. S.I.
- MATOS, J. L. de (1987): Cerro da Vila. Campanha de trabalhos arqueológicos 1986. Relatório não publicado. S.I.
- MATOS, J. L. de (1988): Cerro da Vila. Campanha de trabalhos arqueológicos 1987. Relatório não publicado. S.I.
- MATOS, J. L. de (1991): Cerro da Vila. Campanha de trabalhos arqueológicos 1990. Relatório não publicado. S.I.
- PEREIRA, C. (2018). As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia. Suplemento a O Arqueólogo Português 9. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda – Museu Nacional de Arqueologia.
- PEREIRA, C. e ALBUQUERQUE, P. (2018). Inumações infantis em ânfora na Península Ibérica durante a época romana: a prática e o rito. *Spal*, 27, pp. 89-118.
- PEREIRA, C., SOARES, M. e SOARES, R. (2013). Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano. Revista Portuguesa de Arqueologia, 15, pp. 305-323.
- RUIZ OSUNA, A. (2009). Topografía y monumentalización funeraria en Baetica: conventus Cordubensis y Astigitanus. Tese de doutoramento, não publicada. Córdoba, Universidade de Córdoba.
- TEICHNER, F. (2005). Cerro da Vila, aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia. In Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 17 e 18 de outubro de 2004), pp. 85-100. Xelb 5. Silves, Câmara Municipal de Silves.
- TEICHNER, F. (2006). Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos. In Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica (Homenagem a Françoise Mayet), pp. 69-82. Setúbal Arqueológica 13. Setúbal, MAEDS Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

- TEICHNER, F. (2008). Entre tierra y mar Zwischen Land und Meer. Architektur und Wirtschaftsweise landlicher Siedlungsplatze im Suden der romischen Provinz Lusitanien (Portugal). Studia Lusitana 3. Merida, Museo Nacional de Arte Romano.
- TEICHNER, F. (2017). Cerro da Vila: A rural commercial harbour beyond the Pillars of Hercules. In J. M. CAMPOS CARRASCO e J. BERMEJO MELÉNDEZ (eds.), Los puertos romanos Atlánticos, Béticos
- y Lusitanos y su relación comercial con el Mediterráneo, pp. 403-435. Hispania Antigua, Serie Arqueológica 7. Roma, L'Erma di Bretschneider.
- TEICHNER, F. (2020). Loci Sepulcri in agro La evidencia del proyecto VRB. In. R. HIDALGO PRIETO (coord.), Las villas romanas de la Bética [Edição digital da primeira versão impressa de 2016]. Vol. I, pp. 551-574. Sevilha, Universidade de Sevilha.



















